

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

A movimentação dos investimentos é a seguinte:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2024	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/CPC 50	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	214.860	(163.136)	30	15.796	121.265	188.815
Rio Grande Capitalização S.A.	120.584	(90.155)	5.423	–	56.875	92.727
Rio Grande Capitalização S.A. – Ágio	4	–	–	–	–	4
Total	335.448	(253.291)	5.453	15.796	178.140	281.546

	Controladora					
	Saldo em 01/01/2024	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/CPC 50	Efeito da mudança de prática contábil	Saldo em 31/12/2025
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	230.831	(115.002)	29	(8.378)	–	107.380
Rio Grande Capitalização S.A.	113.116	(20.944)	(15.833)	–	149	44.096
Rio Grande Capitalização S.A. – Ágio	4	–	–	–	–	–
Total	343.951	(135.946)	(15.804)	(8.378)	149	151.476

9. Passivos financeiros atuariais – capitalização

Os passivos financeiros atuariais de capitalização estão classificados no passivo circulante, quando são esperadas exigibilidades dentro dos doze meses seguintes a data das demonstrações financeiras. A seguir, verifica-se a composição e a movimentação desses:

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2025	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Provisão para resgates:	1.367.553	1.533.983	(1.581.438)	107.325	1.427.423
Provisão matemática para capitalização	1.224.193	740.552	(779.257)	103.711	1.289.199
Provisão para resgate de títulos antecipados	71.004	411.758	(400.932)	1.534	83.364
Provisão para resgate de títulos vencidos	30.074	381.523	(384.376)	693	27.914
Provisões para distribuição de bônus	42.282	150	(16.873)	1.387	26.946
Provisão para sorteios:	12.189	43.598	(44.531)	(40)	11.216
Provisão para sorteios a realizar	9.399	21.822	(23.259)	(122)	7.840
Provisão de sorteios a pagar	2.790	21.776	(21.272)	82	3.376
Outras provisões:	17	4	(11)	–	10
Provisão para receitas diferidas	17	4	(11)	–	10
Total	1.379.759	1.577.585	(1.625.980)	107.285	1.438.649

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2024	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Provisão para resgates:	1.140.258	1.231.728	(1.082.424)	77.991	1.367.553
Provisão matemática para capitalização	992.589	685.120	(528.574)	75.058	1.224.193
Provisão para resgate de títulos antecipados	63.230	248.272	(241.076)	578	71.004
Provisão para resgate de títulos vencidos	32.076	293.344	(295.629)	283	30.074
Provisões para distribuição de bônus	52.363	4.992	(17.145)	2.072	42.282
Provisão para sorteios:	13.196	40.613	(41.462)	(158)	12.189
Provisão para sorteios a realizar	7.350	22.108	(19.871)	(188)	9.399
Provisão de sorteios a pagar	5.846	18.505	(21.591)	30	2.790
Outras provisões:	149	144	(276)	–	17
Provisão para receitas diferidas	–	144	(127)	–	17
Provisão para despesas administrativas	149	–	(149)	–	–
Total	1.153.603	1.272.485	(1.124.162)	77.833	1.379.759

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado de R\$ 118.334 é representado por 88.877.773 ações ordinárias nominativas.

10.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de lucros de R\$ 170.934 (R\$ 246.737 em 31 de dezembro de 2024) eram compostas por:

- a) Reserva legal de R\$ 23.667, constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei n.º 6.404/1976;
- b) Reserva estatutária de R\$ 87.379 (R\$ 168.473 em 31 de dezembro de 2024), constituída ao final do exercício social, após as destinações legais compulsórias, conforme estatuto social; e
- c) Outras reservas de R\$ 59.888 (R\$ 54.597 em 31 de dezembro de 2024), esta reserva foi constituída inicialmente em 2021 em função do impacto de adoção do IFRS 17/CPC 50 na data de transição, conforme descrito em estatuto social do Consolidado.

10.3. Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. O estatuto social também prevê a possibilidade de serem declarados e pagos dividendos intermediários à conta de Lucros acumulados ou de Reservas de lucros existentes.

	2025	2024
Lucro líquido do ano	177.490	150.734
Ajuste efeito IFRS 17/CPC 50	(5.291)	5.595
Base para a distribuição de dividendos	172.199	156.329
Dividendos pagos e propostos	253.293	135.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	147,09%	86,36%
Destinação à reserva de lucros	87.379	156.329

A Companhia é uma *holding* de duas empresas operacionais, reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que impõem restrições ao mercado regulado de forma que a adoção das normas IFRS são apenas para aquelas aprovadas pelo regulador. No caso do IFRS 17/CPC 50, a SUSEP ainda não aprovou seu uso. Além disso, há uma gestão de capital e solvência que requer um controle maior de liquidez, não praticado em outros mercados. Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis as seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Banrisul Icatu Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Banrisul Icatu Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de março de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

Parecer do Conselho Fiscal da Banrisul Icatu Participações S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Banrisul Icatu Participações S.A. (“Companhia”), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo revisado e analisado o Relatório da Administração, as Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas, Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, deliberaram, por unanimidade e sem reservas, emitir o presente parecer sem ressalvas, a fim de opinar favoravelmente à aprovação dos referidos documentos em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

10.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados ao VJORA, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica “Créditos tributários e previdenciários” e outros resultados abrangentes relativos aos efeitos de taxas de juros dos fluxos do IFRS17/CPC 50. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era uma perda de R\$ 5.752 líquidos de tributos (perda de R\$ 27.001, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2024).

11. Informações por linhas de negócio operacionais

As atividades do Grupo são organizadas da seguinte forma:

	Consolidado					
	Previdência		Capitalização	Outros (*)	31/12/2025	31/12/2024
	Vida	complementar				
Receita de contratos de seguro	632.833	35.062	–	–	667.895	658.424
Despesas de contratos de seguro	(430.174)	(18.805)	–	–	(448.979)	(426.500)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	(3.142)	–	–	–	(3.142)	4.906
Resultado de contratos de seguro e resseguro	199.517	16.257	–	–	215.774	236.830
Receita líquida com títulos de capitalização	–	–	157.440	–	157.440	144.105
Resultado com sorteios	–	–	(19.489)	–	(19.489)	(19.238)
Custo de aquisição	–	–	(34.314)	–	(34.314)	(30.838)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização	–	–	27.344	–	27.344	21.292
Resultado com operações de capitalização	–	–	130.981	–	130.981	115.321
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro	4.069	49	–	–	4.118	(12.240)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	(35)	–	–	–	(35)	(415)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	14.889	1.213	67.517	242	83.861	70.203
Resultado financeiro líquido	18.923	1.262	67.517	242	87.944	57.548
Despesas administrativas	(26.149)	(2.131)	(104.991)	(892)	(134.163)	(145.028)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(7.750)	(632)	–	–	(8.382)	(16.240)
Resultado antes dos tributos	184.540	14.757	93.507	(650)	292.154	248.431
Imposto de renda e contribuição social correntes	(68.891)	(5.613)	(36.632)	–	(111.136)	(101.427)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.262)	(266)	–	–	(3.528)	3.730
Lucro líquido do exercício	112.387	8.878	56.875	(650)	177.490	150.734

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

	Consolidado					
	Previdência		Capitalização	Outros (*)	31/12/2025	31/12/2024
	Vida	complementar				
Total do ativo	7.214.234	211.857	1.543.488	2.036	8.971.615	8.335.109
Investimentos em coligadas e controladas	45.495	143.320	92.731	–	281.546	335.448
Total do passivo	202.107	7.035.166	1.450.760	66	8.688.099	7.997.039

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização

12. Demonstração dos cálculos de imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	172.197	172.197	150.734	150.734	292.154	292.154	248.431	248.431
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	(172.847)	(172.847)	(151.476)	(151.476)	12.001	12.001	3.807	3.807
Adição permanente	–	–	–	–	–	–	711	711
Contingência trabalhista, cíveis e fiscais	–	–	–	–	81	81	500	500
Doação e patrocínios indedutíveis	–	–	–	–	3.973	3.973	2.471	2.471
Outras provisões	–	–	–	–	7.805	7.805	214	214
PIS e COFINS diferido	–	–	–	–	242	242	(59)	(59)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	–	–	–	–	1.089	1.089	854	854
Tributos e contribuições em questionamento judicial	–	–	–	–	(1.189)	(1.189)	(884)	(884)
Equivalência patrimonial	(172.847)	(172.847)	(151.476)	(151.476)	–	–	–	–
Resultado ajustado	(650)	(650)	(742)	(742)	304.155	304.155	252.238	252.238
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro após compensações	–	–	–	–	304.155	304.155	252.238	252.238
Alíquotas oficiais	15% - 10%	9% 15% - 10%	9% 15% - 10%	9% 15% - 10%	15% e 9% 15% e 9%	15% e 9% 15% e 9%	15% e 9% 15% e 9%	15% e 9%
Despesas com IRPJ e CSLL	–	–	–	–	(73.948)	(44.398)	(62.482)	(37.947)
Incentivos fiscais	–	–	–	–	3.957	–	2.442	–
Constituição/(Reversão) de créditos tributários	–	–	–	–	(173)	(102)	181	109
Despesas com IRPJ e CSLL	–	–	–	–	(70.164)	(44.500)	(59.859)	(37.838)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	24,02%	15,23%	24,09%	15,23%

Diretoria

Diretor-Presidente: César Luiz Salazar Saut

Diretor técnico-comercial: Marcio de Moraes Palmeira

Diretor administrativo-financeiro: Luiz Gonzaga Veras Mota

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuária: Lígia Guedes de Abreu - MIBA nº 1394

demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers